

06 jan 2011 / 20:09

Violento ataque do Governo ao emprego dos docentes e às escolas merecerá fortíssima resposta dos professores!

O Secretariado Nacional da FENPROF reuniu em 5 e 6 de Janeiro de 2011, em Lisboa, tendo apreciado os quadros legais e resoluções publicados em *Diário da República*, na última semana de Dezembro, bem como alguns projectos de diplomas que o Ministério da Educação divulgou nos últimos dias. Os documentos em causa são motivo de grande preocupação para a FENPROF por cinco razões principais:

1. Pelo fortíssimo impacto que terão no emprego docente, já no início do próximo ano escolar;
2. Por agravarem a situação de instabilidade de emprego e profissional vivida pelos professores;
3. Por consubstanciarem cortes salariais e congelamento de carreiras que, para além de injustos, as perverterão, criando inúmeras situações ilegais;
4. Por degradarem as condições de trabalho nas escolas, com fortíssima expressão ao nível dos horários de trabalho dos docentes;
5. Por constituírem um violento ataque à Escola Pública, reduzindo significativamente os seus recursos humanos e financeiros e eliminando condições indispensáveis à sua boa organização pedagógica e ao seu funcionamento.

Como **peças chave** deste tremendo ataque foram identificadas:

- A **Resolução n.º 101-A/2010**, designadamente no que respeita à redução de despesas com pessoal, no âmbito das medidas de consolidação orçamental, previstas no OE para 2011 e no PEC;
- O projecto de Decreto-Lei sobre **alterações curriculares**;
- O projecto de despacho sobre a **organização do ano lectivo 2011/2012** nas escolas e agrupamentos;
- A decisão de continuar a criar mega-agrupamentos de escolas por razões exclusivamente economicistas.

Contas feitas por defeito, a **FENPROF confirma que o Governo se prepara para eliminar muito mais de 30.000 postos de trabalho**, criando uma situação de desemprego verdadeiramente insustentável para os professores e para as escolas.

É de registar que, no sector dos professores, a **precariedade** apresenta uma taxa bastante mais elevada do que a já de si gravíssima taxa nacional (22%), problema que, no que à precariedade respeita, torna Portugal no terceiro do "ranking" europeu: *cerca de 30% dos docentes que leccionam nas escolas são precários, a que se junta a totalidade (taxa de 100%!) dos que trabalham nas AEC.*

Não satisfeito com a situação, o **Governo quer agora livrar-se de milhares de professores** e, como se regozija na Resolução 101-A/2010, já conseguiu reduzir 5.000 docentes só com os mega-agrupamentos e os encerramentos de escolas verificados este ano lectivo. Um número que dobra o que se calculava e justifica a razão por que o ME o escondeu até agora, tendo, inevitavelmente, de o divulgar nesta resolução do governo.

Para o futuro próximo, a FENPROF calcula que:

- Da generalização dos **mega-agrupamentos** resultem **mais de 12.000 horários eliminados**, podendo ser bastante mais se tivermos em conta o número de horários eliminados este ano só com os 86 que foram criados;
- Das **alterações curriculares** resulte a eliminação de **mais de 12.000 horários**: 5.000 da eliminação da Área Projecto e do Estudo Acompanhado (Relativamente ao EA, é de registar que, *comparando o teor da Resolução 101-A/2010 com as declarações do Primeiro-Ministro, conclui-se que este mentiu!*) e mais 7.000 da eliminação do par pedagógico na disciplina de EVT;
- Do projecto de despacho sobre a **organização do ano escolar 2011/2012**, que agora se conhece, calcula-se que, aplicando-se a proposta do ME, sejam eliminados mais **10.000 horários**: 6.000 da alteração da fórmula de cálculo do crédito global de horas; 1.000 da eliminação das reduções lectivas para o desporto escolar; mais 3.000 da transferência de inúmeras funções e cargos para a designada componente não lectiva de estabelecimento que consta do horário dos docentes;
- De **outras medidas** que têm sido tomadas ou estão previstas na Resolução 101-A/2010, resultará a eliminação de mais **5.000 a 6.000 horários de trabalho**. Medidas como: *redução do número de adjuntos nas escolas, bem como das horas de assessoria à direcção; atribuição de turmas aos professores bibliotecários; alteração do regime de reduções horárias dos coordenadores de estabelecimentos; redução das equipas do Plano Tecnológico; redução fortíssima das situações de mobilidade; alteração do*

horário nocturno das 20 para as 22 horas.

Ou seja, a FENPROF tem afirmado que o número de horários que serão eliminados, com a concretização destas medidas, será superior a 30.000, mas esta expectativa negativa agrava-se, pois poderá aproximar-se dos 40.000! Estes horários eliminados traduzir-se-ão em postos de trabalho encerrados e em desemprego fortíssimo a abater-se sobre o sector! **Um desemprego que atingirá a generalidade dos docentes contratados, mas irá muito mais longe e tocará milhares de professores dos quadros,** caso as linhas mestras deste ataque não sejam alteradas.

Ao gravíssimo problema do desemprego, juntam-se outros como o roubo nos salários, o congelamento das carreiras ou a não realização de concurso em 2011.

Com o intuito de se opor a esta ofensiva que está em marcha, a FENPROF decidiu:

- Envolver-se nas **acções gerais** de contestação às actuais políticas do Governo, tanto no âmbito da Administração Pública (Plenário Nacional da Frente Comum em 18 de Janeiro), como da CGTP-IN (Semana de protestos distritais entre 24 e 28 de Janeiro);
- Estabelecer, desde já, contactos com as restantes **organizações sindicais de professores** para a convergência em acções de protesto a desencadear em tempo próximo;
- Estabelecer contactos com demais **organizações representativas de membros da comunidade educativa** para, na sequência do Manifesto assinado em conjunto, prosseguir com o protesto e a exigência;
- Reforçar **contactos institucionais** já iniciados, prevenendo-se:

11. Janeiro, 17 horas

Reunião com Comissão Parlamentar de Educação e Ciência para apresentação das razões da Petição entregue no sentido da realização de concurso em 2011;

18 de Janeiro, 17 horas

Reunião das organizações que subscreveram o Manifesto em Defesa da Escola Pública, com a Comissão Parlamentar de Educação e Ciência;

Pedido de reunião à Comissão Parlamentar de Liberdades e Direitos Constitucionais para contestação das medidas que, sem qualquer negociação, foram impostas no sentido de reduzir os salários e congelar as carreiras;

Apresentação de queixas à OIT e aos tribunais europeus pela razão referida no ponto anterior.

- Continuação do processo de **contestação jurídica do corte salarial**: providências cautelares demandando as instituições de ensino superior; se necessário, providências cautelares conservatórias e impugnação salarial (esta prevista para 25 de Janeiro);
- Apresentação de **queixas à Provedoria de Justiça e à Assembleia da República** de todas as situações de ultrapassagem e outros aspectos que pervertem a carreira na sequência do congelamento imposto;
- Subscrição de **postal exigindo a realização de concurso** e sua entrega ao Ministério da Educação. A entrega terá lugar em **3 de Fevereiro**, em acção a realizar entre as 11 e as 16 horas à porta do ME;
- Realização de **plenários distritais de professores contratados e desempregados**, durante o mês de Janeiro;
- Realização de **reuniões com dirigentes das escolas e agrupamentos**, durante o mês de Janeiro, não só para debater aspectos relacionados com o exercício dos cargos de gestão, mas também as medidas que o ME pretende impor às escolas e suas consequências;
- Realização de um **encontro nacional sobre a problemática da gestão e dos mega-agrupamentos**, a realizar em **19 de Fevereiro**;
- Colocação de **faixas e cartazes MUPPI**, em todo o país, na primeira semana de Fevereiro, em que se afirma: **"A extinção de mais de 30.000 horários de trabalho, ameaça emprego docente e põe em causa a qualidade educativa"**;
- Colocação de **faixas à porta de todas as escolas** do país, na primeira semana de Fevereiro, em que se afirma: **"Governo quer despedir muitos professores desta escola, mas eles fazem falta aos seus filhos"**;
- Confirmação da necessidade de realização de um **Grande Protesto Nacional** que a FENPROF, num primeiro momento, apontou para finais de Março, mas, dada a gravidade da situação, admite antecipar.

Desvalorização do trabalho

Para a FENPROF, o que está em curso é uma **enormíssima ofensiva ideológica que pretende desvalorizar o trabalho** (tornando-o mais precário e pior remunerado), **atacar os serviços públicos** (criando condições para a sua privatização) e, de uma forma geral, **desmantelar o Estado Social**.

Na área da Educação, como em convergência com os restantes sectores da vida nacional, **a FENPROF compromete-se a assumir a sua parte nos combates que urge travar!**